

**“NA FOTOGRAFIA ESTAMOS FELIZES”:
SIGNIFICADOS DE FAMÍLIA PARA ADOLES-
CENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

JULIANA GRASIELA DA SILVA DANTAS
UNIVERSIDADE POTIGUAR
NATAL, RIO GRANDE DO NORTE, BRASIL
JULIANAGSDANTAS@GMAIL.COM

“NA FOTOGRAFIA ESTAMOS FELIZES”: SIGNIFICADOS DE FAMÍLIA PARA ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Resumo: O acolhimento de crianças e adolescentes envolve o afastamento familiar após violações de seus direitos, o que pode acarretar em sua inserção no Cadastro Nacional de Adoção. O artigo se embasa em entrevistas e oficinas realizadas e analisa as percepções de adolescentes acolhidos sobre o significado da família e das relações familiares, sendo esse espaço tido como incólume, harmônico e destoante de suas próprias realidades concretas.

Palavras-chave: Adolescentes; Família; Acolhimento institucional.

“EN FOTOGRAFÍA SOMOS FELICES”: SIGNIFICADOS FAMILIARES PARA ADOLESCENTES EN ATENCIÓN INSTITUCIONAL

Resumen: La recepción de niños y adolescentes implica el retiro de la familia después de violaciones de sus derechos, o que pueden cancelarse en su inclusión en el Registro Nacional de Adopciones. El artículo se basa en entrevistas y talleres realizados y analiza cómo las percepciones de los adolescentes recibieron sobre el significado de la familia y las relaciones familiares, siendo este espacio indemne, dañino y destructivo de sus realidades concretas.

Palabras Clave: Adolescentes; Familia; Recepción institucional.

“IN PHOTOGRAPHY WE ARE HAPPY”: FAMILY MEANINGS FOR ADOLESCENTS IN INSTITUTIONAL CARE

Abstract: The reception of children and adolescents involves removal from the family after violations of their rights, or that can be canceled in their inclusion in the National Adoption Register. The article is based on interviews and workshops carried out and analyzes how perceptions of adolescents received about the meaning of the family and family relationships, this space being unscathed, harmful and destructive of their concrete realities.

Keywords: Adolescents; Family; Institutional Reception.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Rizzini (2006), a institucionalização de crianças e adolescentes é prática frequente no Brasil desde o século XIX até a atualidade (RIZZINI, 2006). De acordo com a autora, os encaminhamentos se restringiam aos sujeitos oriundos de segmentos sociais vistos como desvalidos ou considerados de menos importância para a sociedade, ou seja, os pobres – agregando-se a eles um estigma de ordem moral: o da viciosidade, da vio-

lência e da criminalidade. Ao mesmo tempo, é interessante frisar que, secularmente, crianças e adolescentes foram consideradas como “propriedade” de suas famílias, sem qualquer respaldo legal ou moral que as protegesse de abusos e violências. Destarte, mesmo que em conjunturas diferenciadas, a história deixa marcas no presente e muitos sujeitos ainda vivem hoje em instituições de acolhimento, principalmente em decorrência da violação de seus direitos fundamentais.

Desse modo, o adolescente acolhido convive com algumas inquietações: em primeiro lugar, afastar-se dos vínculos familiares, situação que pode ou não ser temporária e, além disso, o conflito de ter família e se encontrar em situação de acolhimento institucional. Nessa direção, o trabalho ora apresentado visa analisar as percepções dos adolescentes em uma instituição de acolhimento em Mossoró-RN sobre o significado da família e das relações familiares, de sua identificação no contexto familiar, bem como os desafios por eles enfrentados diante do afastamento e/ou ruptura dos vínculos familiares. Para a consecução desses objetivos materializamos de 05 (cinco) entrevistas semiestruturadas com os adolescentes acolhidos e como técnica complementar a pesquisa *in loco*, utilizamos à observação sistematizada, cujos dados foram registrados no diário de campo. Ademais, realizamos três oficinas, com oito adolescentes acolhidos, sendo todas as técnicas embasadas por consentimento e assentimento dos participantes e responsável legal.

Nessa direção, iremos expor, brevemente, o percurso histórico da institucionalização e o fenômeno da adoção no âmbito do Brasil e, mais adiante elucidar a discussão de família para os adolescentes acolhidos. Assim, exporemos a temática tendo como principais referências: Kaloustian (2011), Szymanski (2000), Giddens (2000), Sarti (1999), Rizzini (2006), entre outros. Destarte, comporemos um conjunto de características que nos permitem compreender a instituição família, trazendo suas características na contemporaneidade, os impactos socioeconômicos na dinâmica familiar e as contradições existentes nessa instituição em que pesam e refletem na trajetória de adolescentes acolhidos.

2 ACOLHIMENTO E ADOÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA HISTÓRIA

Até meados do século XIX, antes mesmo da consolidação do sistema capitalista, o abandono de crianças tidas como “bastardas”, pois nascidas fora

do casamento ou mesmo de relações, consensuais ou não, entre senhores e escravos, era uma prática comum e muito frequente, até mesmo nos países tidos como “civilizados”. Esses sujeitos começam a incomodar e mesmo colocar em xeque os valores da família patriarcal, pois demonstram claramente a dupla moral existente na sociedade, bem como, em sua maioria, estão alijados de condições dignas de sobrevivência, exigindo, por conseguinte, uma atitude por parte do Estado (RIZZINI, 2006).

Para tentar resolver as dificuldades dessas crianças – ou podemos dizer o problema da sociedade advindo com seu abandono –, foi criada a Roda dos Expostos, a qual originou-se dos cilindros rotatórios de madeira existentes nos mosteiros europeus, onde se colocavam objetos, alimentos e mensagens para os monges, sem que fosse possível identificar o doador. Na Europa e no Brasil elas foram adaptadas com o objetivo de colocar os bebês que se queria abandonar. As Rodas, portanto, mais do que uma proteção para as crianças constituiu-se uma forma de continuar legitimando uma sexualidade que aprisionava as mulheres e retirava dos homens quaisquer responsabilidades com a geração dos filhos. Seu funcionamento se caracterizou pela alta mortalidade existente em seu interior e demonstrou mais uma vez que a preocupação com as crianças era apenas a justificativa da criação das Rodas, mas o que de fato se solidificou foi um novo mecanismo de violência com esses sujeitos e de proteção da moral dominante na sociedade (RIZZINI, 2006).

No que refere-se ao processo da adoção, ela sempre se fez presente como prática social da família brasileira. Todavia por um longo tempo, inexistiam legislações versadas sobre crianças que não eram criadas por suas famílias de origem e nem cuidadas nas Santas Casas de Misericórdia ou por famílias que praticaram benemerência (MARCÍLIO, 2006; PAIVA, 2004). Apenas no século XX, com o Código Civil de 1917, a adoção de crianças e adolescentes foi regulamentada, mas embora legalizada, ainda era possível encontrar adoções ilegais, ou os chamados “filhos de criação”. Este nome denominava a falta de legalidade desta condição, deixando muitos filhos na condição de empregados da família. Para os adotados daquela época, viver em uma casa de família era melhor do que viver em uma instituição (MARCÍLIO, 2006; PAIVA, 2004).

A terminologia “adoção” advém do latim *adoptio*, o qual significa escolher, adotar, e segundo Nucci (2014, p. 118), “é um ato voluntário e espontâneo, calcado no afeto e afinidade, que permite a aceitação de alguém

como filho (a), para conceder-lhe toda a assistência material e moral [...]”.

Segundo Fonseca (2006), a adoção é um assunto que atíça a imaginação social, pois suscita a imagem de nenês bochechudos, risonhos e indo para os braços de algum casal repleto de bondade. No extremo oposto, imaginam-se intermediários vendendo jovens para abastecer bancos de órgãos de transplante no exterior. Acrescenta a autora que o tema é tão comum nos jornais e revistas de hoje que é difícil recuarmos o suficiente para toma-lo como objeto de análise histórica, social e objetiva.

Por meio da Constituição Federal de 1988 no Brasil, em seu art. 227, surgiu a doutrina da proteção integral da criança e do adolescente, tendo como fundamento e interação o princípio da dignidade da pessoa humana e entendendo-os como sujeitos de direitos, deixando de serem objetos passivos. Ademais, defende que é dever da sociedade, da família e do Estado garantir, com prioridade absoluta, a efetivação desses direitos. Neste prisma, foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei nº 8.069/90, normatizando a proteção integral desses sujeitos, regulamentando os procedimentos de adoção, destituição do poder familiar e medidas de proteção.

Gulassa (2010) salienta que a partir da promulgação do ECA, os municípios começam a tomar para si a responsabilidade dos cuidados com as crianças e os adolescentes desprotegidos, passando a assumir diretamente a execução de políticas públicas voltadas para esses indivíduos, que necessitavam de proteção especial em razão de sua situação pessoal e social (BRASIL, 1990). No que diz respeito à adoção, a Constituição passou a prever a não diferenciação entre filho adotivo e filho legítimo para fins de sucessão hereditária. A Lei nº 12.010 de 3 de agosto de 2009, denominada Lei da Adoção, unificou os procedimentos relacionados à adoção, revogou os artigos do Código Civil relacionados à adoção, criou o cadastro nacional de adoção, aprimorou a sistemática da garantia do direito à convivência familiar, privilegiando-se a família natural e trouxe, expressamente, e de forma inicial, a possibilidade de uma mãe ou gestante entregar seu filho à adoção, chamada entrega consciente, regulamentada pela Lei nº 13.509, de 22 de novembro de 2017, sendo esta a última alteração significativa do ECA (BRASIL, 1990).

Para que possamos visualizar essa realidade em termos concretos, vejamos alguns dados: Conforme informações dispostas no CNJ (2020), até julho de 2020 no Brasil, existiam 32.221 crianças e adolescentes em acolhimento institucional e 5.238 cadastrados e esperando adoção, na realidade do Rio Grande do Norte o quantitativo é de 212 crianças e adolescentes nesta

situação, estando 62 destas aguardando adoção no estado (CNJ, 2020). Diante destes números e, para além deles, é possível observar que a família não é universal e presente na vida de todos de forma igualitária.

Diante dessas considerações, a adoção, como atualmente é apreendida legalmente, não consiste em ‘ter pena’ de uma criança ou resolver situação de casais em conflito, remédio para a esterilidade ou conforto para a solidão. O que se pretende com a adoção é atender às reais necessidades da criança ou adolescente, dando-lhe uma família, onde ela se sinta acolhida, protegida, segura e amada. É relevante constar que existe um processo, um desafio permanente e necessidade de constante reflexão sobre o tema (GRANATO, 2012).

3 “O QUE NÃO TEM RECEITA, NEM NUNCA TERÁ”: RETRATOS DE FAMÍLIA

De acordo com Prado (2012), todos saberiam o que é uma família, pois todos são parte integrante de uma; a instituição família seria, por assim dizer, óbvia em sua totalidade e, uma das instituições sociais mais naturalizadas e sacralizadas em nosso tempo. Nossa primeira ressalva as discussões empreendidas pela autora, é que se trata de um conceito amplo e multifacetado que pode ter vários significados, portanto, o que parece óbvio não o é de fato, tampouco é tão certo que todas as pessoas têm ou fazem efetivamente parte de uma família.

A depender de quem referência, ao termo é atribuída uma acepção que provavelmente estará relacionada à sua origem, valores e vivências particulares. Nesse sentido, ao falar em família, acabamos naturalizando-a e supondo sua existência na vida de todos (as), e isso nem sempre acontece. Cabe lembrarmos que muitas pessoas não têm lembranças de família e, apesar dos cuidados biológicos serem atribuídos a essa instituição, estes vieram de instituições de acolhimento responsáveis por esse aparato. Nesse ínterim, cada um tem alguma memória de sua família, ou da ausência dela, de seus sabores e dessabores, como podemos vislumbrar na fala dos nossos entrevistados:

- Eu era criança, isso, a gente tava andando de jumento, [...] Nesse dia tava tudo reunido. Antes que... da morte do meu irmão. Tava tudo feliz, meu pai pescano, meus irmão, tudo reunido e feliz de-baixo daquela oiticica lá em Campo Grande. Nunca esqueci esse momento (Estrela, 17 anos).

- Assim, [pausa] família é uma coisa que eu sempre quis ter, mas eu nunca consegui. O que eu passei na minha casa com eles, eu tento esquecer, mas eu não consigo (Mafalda, 12 anos)

- Família significa muita coisa. Significa amor, paz, harmonia. Família de verdade é aquela que é feliz. Mas, eu não tive isso (Charlie, 18 anos).

Torna-se importante refletir, que os discursos acima são distintos porque os universos familiares também o são. Nessa direção, podemos observar nesses relatos a presença de sentimentos como a nostalgia e a naturalização, pois todos têm momentos vividos ou gostaria de tê-los, já que isso compõe sua identidade e sua história como ser humano. Outro aspecto importante que deve ser pensado é que a idealização de família perfeita e harmônica é repassada, seja na escola ou outros veículos de formação de opinião, criando assim um dever ser diferente daquilo que é de fato.

Nesse sentido, é importante compreendermos que as famílias “são constituídas de muitas formas, e uma forma não é melhor ou pior do que a outra, elas são apenas diferentes entre si. Isto quer dizer que não há um modelo ‘certo’ nem um modelo ‘normal’ de família” (GUARÁ, 2010, p. 16). Para tanto, no que tange a família Szymanski a entende como, “uma associação de pessoas que escolhe conviver por razões afetivas e assume um compromisso de cuidado mútuo e, se houver, com crianças e adolescentes, não levando em conta para isto, a existência de laços consanguíneos ou de parentesco” (2002, p. 09).

Partindo dessa ideia, a família acaba sendo pensada sob uma ótica romântica; isenta de contradições, conflitos ou discordâncias nas relações estabelecidas entre seus membros, contradizendo-se, dessa forma, com a própria realidade. Nessa lógica, podemos compreender essa instituição como um simulacro das relações sociais, constituída de poderes e contradições. Cabe acrescentar que a família é criação humana, engendrada pelas necessidades dos seres humanos, logo, suscetível a transformações, decorrentes de “[...] questões culturais, políticas, socioeconômicas e emocionais, compreendidas no tempo histórico e no espaço onde ela está inserida” (RIZZINI, 2001, p. 218).

Analisando a temática, Prado (2012) nos esclarece que o termo família, é originário do latim *famulus*, significando “o conjunto de servos e depen-

dentes de um senhor” (p. 51). Contudo, o sentido original da palavra vem se modificando e hoje há várias acepções concernentes ao termo, embora o sentido hierárquico seja ainda muito presente nas relações familiares.

A nosso ver, a família pode ser entendida como processo histórico, social e cultural em construção e mudança. É também,

[...] o lugar onde se ouvem as primeiras falas com as quais se constrói a auto-imagem e a imagem do mundo exterior. É onde se aprende a falar e, por meio da linguagem, a ordenar e dar sentido às experiências vividas. A família, seja como for composta, vivida e organizada, é o filtro através do qual se começa a ver e a significar o mundo. Este processo que se inicia ao nascer prolonga-se ao longo de toda a vida, a partir de diferentes lugares que se ocupa na família (SARTI, 1999, p. 100).

Em geral, a família é um espaço onde os indivíduos iniciam sua socialização e constroem suas primeiras redes de sociabilidade; podendo se constituir como local de proteção e referência para crianças e adolescentes, portanto, como relevante no seu desenvolvimento social e afetivo. Ao mesmo tempo, trata-se de uma instituição contraditória, haja vista que nem sempre será um *lócus* de proteção e segurança, mas, como a própria autora diz, independentemente de sua composição ou organização, é por meio dela que construímos nossa forma de estar e ver o mundo. Todavia é necessário pensarmos que a família nem sempre será espaço de socialização ou de sociabilidade, seja pela inexistência dessas relações em situações de violência ou da própria família na vida dos sujeitos. Vejamos um depoimento coletado em nossas oficinas:

Como uma família deve ser...Amiga qe esteja com a gente pro qe der e vinher....Tem qe criar o seu filho em todo o momento... mesmo nos momentos difíceis e o momento mais especial de uma família é o filho. Ser família é ser unido, ser família é alimentar quando estiver com fome dar de comer, quando estiver com sede ter água pro bebê... até os animais tem família... Amar é ter carinho pros seus pais, tios, avós, irmãos por que Deus disse amais os próximos como a ti mesmo e família é uma coisa muito importante pra se ter e se orgulha e viver em harmonia e união... ate os velinhos nos temos qe amar por que ter família no coração, não se compra, se conquista, a vida é muito importante nos temos que compartilha a alegria, o sorriso, o sofrimento, família tem que acompanha desde pequeno – eu não sei o que é família por que eu nao tive mais eu posso sentir como é bom ter auguem pra nos

ajudar a andar, seguir nossos passos” (Mafalda, 12 anos).

O discurso da adolescente Mafalda traz em seu escopo a sua percepção de família, como deve ser e o que é na verdade em suas vivências. A ideiação do ‘criar’ ao qual se refere em seu discurso, representa o atendimento às necessidades básicas, materiais e emocionais dos filhos – alimentação, higiene, carinho, atenção – e também ‘educar’ no sentido de ensinar, transmitir valores, princípios, atitudes e conhecimento universais (MONTEIRO; CARDOSO, 2001). Pode ser observada também a carência de afeto e carinho, consequentemente sua ideiação de família caracteriza-se pela presença de afetos, cuidados, atenção e apoio mútuo, família para ela é na verdade estar presente em todos os momentos, sejam eles tristes ou alegres.

A ideia de família como esse ambiente harmônico, cheio de paz e amor, é algo que se espraia pela sociedade e por isso mesmo aparece tão fortemente no discurso de Mafalda. Há na sociedade um padrão a ser seguido em relação à família que, na grande maioria dos casos contrasta com aquilo que ela é de fato.

Sendo historicamente construída, a família foi se configurando diferentemente nas diversas sociedades. Se antes essa instituição era marcada pela figura do pai como chefe de família e pela mãe que vivia em função do lar e dos filhos, atualmente o mundo familiar vem apresentando e reconhecendo novas significações e ganhando formas cada vez mais diferenciadas que se afastam de um modelo considerado ideal. Nesse sentido, não somente suas funções mudam, mas a própria percepção sobre sua constituição. Como Giddens nos revela:

A grande diversidade de formas de família e de núcleos domésticos tornou-se uma característica cotidiana de nossos tempos. As pessoas estão menos propensas a casar do que antes e também estão se casando mais tarde. A taxa de divórcios aumentou significativamente, contribuindo para o crescimento do número de famílias monoparentais. As “famílias reconstituídas” formam-se através de segundos casamentos ou através de novos relacionamentos envolvendo filhos de uniões anteriores. As pessoas estão optando cada vez mais por viverem juntas – coabitar – antes do casamento, até mesmo preferindo isso a se casar. Enfim, o mundo da família está bem diferente do que há 50 anos. Embora as instituições da família e do casamento ainda existam e sejam importantes em nossas vidas, tiveram uma mudança drástica de caráter (2005, p. 151).

Logo, vem se tornando comum a coexistência de múltiplas formas de família que se tornam cada vez mais complexas com o transcorrer da história. Giddens (2000), por exemplo, pensa a família como uma “instituição-casca”, ou seja, ela recebe a mesma designação conferida antes, mas seu sentido vem mudando completamente, como expressa a citação acima.

É relevante acentuar que a família é produtora e reprodutora de cultura e ideologias, influencia a sociedade e é influenciada por ela, como se pode perceber pela rapidez com que vem mudando a própria família nas últimas décadas (MONTEIRO; CARDOSO, 2001). Isso acontece porque a instituição familiar está inserida na sociedade, por sua vez detentora de valores, cultura e ideologias. Assim, em uma relação dialética a sociedade e a família se transformam e influenciam mutuamente. Por exemplo, as famílias tendem a ser menores. Fenômeno este sem precedentes: as famílias sempre foram mais numerosas. Assim, um dos importantes indicadores verificados são: declínio da taxa de fertilidade, aumento do número de família chefiadas por um dos pais, principalmente a mãe, o número de grupos de irmãos é menor, bem como também as redes familiares (ZWINGLE, 1998 apud RIZZINI, 2006).

Ao abordar essa temática, Kaloustian (2011) aponta a família como espaço da garantia da proteção integral e da sobrevivência, independente da configuração em que se baseie. Mas, é importante pensarmos que esta instituição também pode ser violadora de direitos e protagonista de conflitos e violências entre os seus membros.

- [...] pra mim família é uma perda muito grande, é uma palavra muito triste (Estrela, 17 anos).

- Eu queria ser igual... Num existe ninguém diferente tia, mas eu era... (lágrimas) Mainha não deixava eu assistir, nem brincar, nem mim divertir (Mafalda, 12 anos).

O discurso ideológico da sociedade “tem como correspondente, no espaço doméstico a metáfora da pressuposta harmonia e felicidade familiar (MONTEIRO, CARDOSO, 2001, p. 97). Com base no clichê: “[...] e foram felizes para sempre” presente em todos os contos de fadas e no ideário coletivo, a sociedade percebe e reforça a ideia de que o lar é sempre harmônico e imutável, mas esse modelo de família não corresponde à realidade e a própria vivência da felicidade se diferencia daquela apontada nos romances

e contos de fada. Nessa perspectiva, a família também deve ser pensada sob um viés de perdas de referenciais, identidade e lócus de sentimentos de não-pertencimento e negação de direitos essenciais.

A minha família bebia muito, era destruturada, não era estruturada, bebia muito, acontecia muitas briga com meu pai, meus irmão. Bebia os dois, quando eles tava bêbo ficava batendo em mim e nos meus irmão, obrigando a gente pedir esmola pra... pra arrumar dinheiro pra comprá bebida pra eles (Estrela, 17 anos).

A família é considerada por alguns estudiosos como o lugar mais importante para o desenvolvimento dos sujeitos, ainda que não atenda aos padrões ideais estabelecidos pela sociedade. Na fala acima, a família é retratada como “desestruturada”, justamente por apresentar conflitos relacionais, se contrapondo ao modelo harmônico da família ideal. Na mesma simetria teórica, Szymanski (2000) assinala que existe uma suposição ou aceitação irrefletida de um modelo imposto pelo discurso das instituições sociais, da mídia e até mesmo de profissionais, que é propagado, não só como o jeito “certo” de se viver em família, mas também como um valor a ser seguido. Para tanto, indiretamente, é transmitido e captado o discurso implícito de incompetência e inferioridade, referindo-se aqueles que não “conseguem” viver de acordo com o modelo preestabelecido. Assim, quando as famílias se contrapõem, se afastam desse lar idealizado são denominadas “desestruturadas”.

Consideramos oportuno destacar que nesse mesmo espaço considerado propício ao desenvolvimento dos laços afetivos, a violência, a negligência, os conflitos e os abusos também podem se instalar. E é justamente por esses, entre tantos outros motivos, que algumas crianças e adolescentes são encaminhados para instituições de acolhimento, já que se acredita que ali eles poderão receber os cuidados que a família, momentânea ou permanentemente, não pode oferecer-lhes.

- Eu num era uma filha, eu era uma empregada. Ela [mãe] batia muito em mim, muito, muito. Dexava eu sem blusa pro Conselho vê as mancha. Ela batia em mim tia, que cortava... cortava, com aquelas burrachinha de encher pneu de carro. Ela dava em mim tanto que eu ficava toda cortada e ela jogava perfume e ainda deixava eu em cima da cama pro conselho vê. O perfume era pra queimar mais. Ela me acorrentava tia. Pra eu não fugir de casa. Eu num podia nem ir no banheiro (silêncio). Assim, mãe é tudo né?

(silêncio) (lágrimas) mas é que assim, eu amo ela, amo muito ela, é porque ela num entende meu lado não. Ela num fazia eu feliz. Ela me chamava de imunda, sabe tia? De nojenta... dizia que não sabia como eu tinha saído de dentro dela. Sabe um negócio que impata a vida de uma pessoa? Ela disse que eu fui... Né fácil não tia, falar da vida da pessoa não, né fácil passar por tudo que eu passei não (Mafalda, 12 anos).

Preliminarmente, importa mencionar que esse conselho a que Mafalda se refere em sua fala é o Tutelar. Os Conselhos Tutelares são órgãos que devem zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, tornando-se parte fundamental do sistema de garantias. Atender as crianças, os adolescentes e suas famílias, realizar encaminhamentos, orientar, apoiar, incluir em programas, requisitar serviços públicos, garantir os direitos e realizar medidas de proteção são algumas das atribuições dos Conselhos Tutelares (BRASIL, 1990).

Torna-se evidente que a violência no âmbito familiar é uma experiência que marca física e psicologicamente quem a sofre e afeta a vida de crianças e adolescentes tanto em suas relações familiares, como sociais e pessoais, e faz com que estes construam sentidos próprios para tal vivência (BORGES, 2001). Ademais, a violência é um fenômeno gerado nos processos sociais, historicamente construídos, manifestando-se no cotidiano desses sujeitos e deixando marcas na própria sociedade, quando o acolhimento institucional se faz necessário, por exemplo.

Para tanto, a violência se expressa de variadas formas e se desenvolve em torno das relações de poder estabelecidas do mais forte sobre o mais fraco. Nesse contexto, a violência intrafamiliar é uma das facetas por meio da qual a violência se apresenta e a sociedade não apenas aceita como naturaliza e responsabiliza crianças e adolescentes pelo que ocorre no âmbito da família (GONÇALVES, 2003). Dessa forma, podemos deduzir que a violência é um método educativo fortemente legitimado socialmente, ao ponto que a família é vista como sagrada, sem mácula e tem o poder de vida e morte sobre suas crianças e adolescentes, tratados assim, como objetos de posse e não como sujeitos de direitos. Uma coisa é certa: o amor materno não é inato ou incondicional é um mito historicamente construído e, a sua inexistência no âmbito das relações muitas vezes materializa-se por meio da violência.

Outro aspecto importante de ser analisado quando pensamos em fa-

mília é a presença e/ou ausência de afeto no âmbito das relações:

- Minha vó me tratava bem, dava mais carinho que minha mãe (Robin, 14 anos).

- Assim tia, eu nunca tive amor na minha família (silêncio), mas gosto da minha família (Bruno, 15 anos).

- Ai tia, amor na família. Tia amor na família é algo que num pode faltar né? Mas tia vou chorar, (lágrimas) mas amor na família é algo que eu nunca tive, então eu num posso falar o que é amor, num posso tia. Num sei o que é totalmente o amor de família, num posso porque eu nunca tive tia, o amor de família. O certo é pra um filho agradar a mãe, a mãe agradar o filho e assim, amor de família tem que ser do começo ao fim. Mas eu nunca tive isso não. Em todo canto que eu chegava tia, o povo dizia: essa minina é tão carente, e lá eu começava a chorar e dizê que eu nunca tive família na minha vida. Minha família era quase que eu podia dizer que eu não tinha, porque uma pessoa que bate em mim, que num deixava meus irmão falar comigo, meu padrasto... Num cuidavam de mim (Mafalda, 12 anos).

Nas falas acima, percebemos que o amor na família é exposto como algo próprio e inerente a natureza humana/familiar. Parece-nos então que amar a família é sentimento obrigatório em nossa sociedade independente de como as relações se firmem. Não amar a mãe, por exemplo, vai contra o paradigma clássico imposto socialmente. Cabe pensarmos também que prevalece uma idealização da mãe, mesmo que a figura criada em nível de representação esteja em completo desacordo com a figura concreta de “carne e osso” que muitas vezes viola direitos, mas também tem os seus direitos violados. Nesse contexto, nossa sociedade foi alimentando a falsa ideia de que amor de mãe é inato e/ou instintivo, sacralizando assim a figura materna. Para Badinter:

O amor materno é apenas um sentimento humano. E como todo sentimento, é incerto, frágil e imperfeito. Contrariamente aos preconceitos, ele talvez não esteja profundamente inscrito na natureza feminina. Observando-se a evolução das atitudes maternas, constata-se que o interesse e a dedicação à criança se manifestam ou não se manifestam. A ternura existe ou não existe (BADINTER,

1985, p. 21).

Precisamos então ter em mente que o amor materno não constitui um sentimento inerente à condição feminina, ele não é algo determinado, mas adquirido. Ou seja, o sentimento de amor materno não é natural muito menos incondicional, é algo construído no âmbito das relações e isso pode não ocorrer.

Para Szymanski (2002) as trocas afetivas no âmbito familiar imprimem marcas que as pessoas carregam a vida toda, direcionam o modo de ser com os outros afetivamente e o modo de agir com as pessoas. A forma como se estabelecem as relações com os outros tem como referência pessoas significativas e as vivências familiares geralmente influenciam na projeção das famílias que se formam posteriormente.

- Quero ser um pai de família... Ter uma família boa, estruturada. Que nem a minha não (Bruno, 15 anos).

- Vou ter uma família normal, dessa otas... Vou trabaiá, comprar minha casa, vou butar meus filho pra estudar e ser alguém na vida. Dar carinho também, cuidar (Robin, 14 anos).

- Eu quero dar muito carinho pros meus filho, tudo que eu num tive, educação, tudo que eu num tive pela minha mãe e meu pai (Estrela, 17 anos).

Quando o afeto é algo ausente nas relações percebemos uma reação defensiva, há uma tendência a projetar a família imaginária, onde, inclusive, não há lugar para conflitos e desigualdades, iniciando um processo de idealização da família desejada no futuro a partir da negação da família existente no presente, o que traz expectativas de mudanças no seu contexto relacional.

Nos discursos acima vimos que os adolescentes mostram a necessidade de romper com o modelo relacional adotado pelos pais e, esperam que suas famílias sejam capazes de fornecer todo um aparato afetivo, social e material para o desenvolvimento dos seus membros, suprimindo suas próprias carências; a família é então idealizada como instituição sólida e saudável. Destarte, eles associam a família “boa” e “normal” àquela estruturada, isto

é, aos moldes do padrão preestabelecido, chegando a imaginar, assim, uma família que de fato não existe e tampouco poderá existir, pois nenhuma relação humana prescinde da contradição.

Nesse contexto, outro ponto importante observado na pesquisa foi que os adolescentes tiveram dificuldades em representar suas famílias biológicas. Na ausência da família e da comunidade, a instituição acaba se tornando a única referência afetiva e de apoio. Compreendemos assim, que como bem afirma o PNCFC (2006), os vínculos não precisam ser apenas de ordem biológica ou oficializados pela lei, mas também existem vínculos que pressupõem relações e obrigações de caráter afetivo e simbólico, relações espontâneas que muitas vezes podem ser mais relevantes para as pessoas, que suas próprias relações de parentesco. As falas abaixo, complementam essa análise:

- Hoje... Vish, tem tanta gente minha família... (risos) os funcionários tudin da instituição. Minha mãe que ninguém sabe, né? Eles... para pra me ouvir, me dá amor, quando eles percebe que eu tô triste, eles chega junto. “Estrela que foi? Você num é assim... Sabe? Me conhece? E acho que é isso, que tudo que uma pessoa precisa é isso mesmo... Aqui eu tenho mais valor. A pessoa vê a realidade, mas sempre com as pessoa pra seguí do nosso lado, escutam aquela palavra: Estrela num desista, cê vai vencer... (Estrela, 17 anos).

- Minha família é os cuidadores e os otonenino... tudin (Bruno, 15 anos).

- Ahh, tudin da instituição é minha família... Tudin me ajuda (Charlie, 18 anos).

Nos discursos acima os adolescentes trazem para o seu universo de família, pessoas com as quais, de alguma maneira, possuem vínculos, independente de relações de parentesco; são elas: cuidadores sociais, bem como todos os adolescentes que convivem no ambiente. Essas pessoas são consideradas significativas pelo apoio e atenção conferidas no âmbito das relações, fazendo com que os adolescentes acolhidos sintam-se valorizados e, porque não dizer amados. Não obstante, volta-se a ideia da família como aquela que ajuda, protege, alimenta, cuida e dá força.

Para tanto, a idealização de família perfeita está muito presente para os adolescentes, tanto pelo padrão de unidade familiar imposto socialmente, como por vivenciarem situações de vulnerabilidade, risco pessoal e social. “E, embora a experiência vivida contradiga a visão idealizada, esta se mantém povoando, talvez não somente as expectativas de realização familiar, mas especialmente o complexo cotidiano emocional das relações entre os membros” (PERES, 2001, p. 228).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desse texto vimos que a família pode ser pensada como processo histórico, social e cultural em construção e mudança e é uma das instituições sociais mais naturalizadas e sacralizadas em nossa sociedade. Em geral, é um espaço onde os indivíduos iniciam sua socialização e constroem suas primeiras redes de sociabilidade; podendo se constituir como local de proteção e referência para crianças e adolescentes, sendo relevante no seu desenvolvimento social e afetivo de forma positiva ou não. Ao mesmo tempo, se configura como uma instituição antagônica e contraditória, haja vista que nem sempre será um lócus de proteção e segurança, e por muitas vezes será lugar de violação de direitos e violências em suas múltiplas expressões.

Como fruto da naturalização sobre essa instituição social, acabamos supondo a existência da família na vida de todos(as), o que nem sempre acontece. Ficou demonstrado que apesar dos cuidados biológicos no ambiente familiar serem essenciais, muitas crianças e adolescentes não os detêm, sendo as instituições de acolhimento, nesses casos, frequentemente responsáveis por esse aparato.

Diante do exposto, apreendemos que a família de forma singular, caminha na linha tênue entre o que ela é e o que a sociedade espera que ela seja e, também que o lugar de aconchego, afeto e segurança para crianças e adolescentes pode transformar-se em espaço de conflitos e violência. Como dito anteriormente, trata-se de uma instituição contraditória, tanto internamente, quanto em sua dimensão externa, visto que contém e expressa às contradições inerentes à sociedade mais ampla.

Podemos afirmar que as constatações aqui apresentadas e os depoimentos dos adolescentes sobre suas acepções de família, reafirmam a necessidade urgente de projeção e efetivação de políticas e projetos sociais, sob o risco de que, cada vez mais, tais situações sejam ignoradas, naturalizadas ou banalizadas. Precisamos refletir sobre o uso social das pesquisas. Sabendo

que a comunicação midiática reflete e é refletida pela sociabilidade em que se insere, entendemos que é um dispositivo significativamente importante sobre a visibilidade das temáticas outrora explicitadas. Com isso, apreende-se a mídia como uma relevante chave teórica para compreensão das transformações sociais, históricas e culturais pelas quais passaram os modos de ser, ver, falar e tratar o acolhimento e adoção de crianças e adolescentes no Brasil.

REFERÊNCIAS

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BORGES, Zélia Maria. Aldeia juvenil: um olhar sobre sua história. In: SOUZA, Sônia (org). **Infância, Adolescência e Família**. Goiânia: Cênone editorial, 2001.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente** e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 1990.

_____. **Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito das Crianças e Adolescentes a Convivência Familiar e Comunitária** (versão Preliminar). Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH, CONANDA; Conselho Nacional de Assistência Social – CNASS, 2006.

GIDDENS. **Mundo em descontrole**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GONÇALVES, Hebe Signorini. **Infância e Violência no Brasil**. Rio de Janeiro: FAPERJ/NAU, 2003.

GULASSA, Maria Lucia Carr Ribeiro (Org). **Novos rumos do acolhimento institucional**. São Paulo: NECA, 2010.

GRANATO, Eunice Ferreira Rodrigues. **Adoção**. Doutrina e prática. Com comentários a nova Lei da Adoção. Lei 12.010/09. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2012.

GUARÁ, Isa Maria Ferreira Rosa. **Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação**. BAPTISTA, Myrian Veras (coord.). São Paulo: In: Instituto Camargo Corrêa, 2005. (Coletânea abrigar; 1)

KALOUSTIAN, Sílvio Manoug. **Família brasileira: a base de tudo**. São Paulo, Brasília, Cortez, UNICEF, 2011.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada** (2ª ed.). São Paulo: Hucitec, 2006.

MONTEIRO, Luiza Pereira, CARDOSO, Norma. Família e criação dos filhos. In: SOUZA, Sônia e RIZZINI, Irene (coords). **Desenhos de Família – Criando filhos: a família goianiense e os elos parentais**. Goiânia: Cênone Editorial, 2001.

PAIVA, Leila Dutra de. **Adoção: significados e possibilidades**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

PERES, Vannuzia Leal Andrade. Concepções de família em população de periferia urbana. In: SOUZA, Sônia (org). **Infância, Adolescência e Família**. Goiânia: Cãnone editorial, 2001.

PRADO, Danda. **O que é família**. São Paulo: Brasiliense, n. 50, 2012. (Coleção Primeiros Passos).

RIZZINI, Irene. Crianças e Adolescentes e suas bases familiares: tendências e preocupações globais. In: SOUZA, Sônia e RIZZINI, Irene (coords). **Desenhos de Família – Criando filhos: a família goianiense e os elos parentais**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2001.

_____. **Acolhendo crianças e adolescentes**: experiências de promoção do direito à Convivência Familiar e Comunitária no Brasil. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Família e jovens: No horizonte das ações. **Revista Brasileira de Educação**, Espaço Aberto, São Paulo, 1999. Disponível em: http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde11/rbde11_10_espaco_aberto__cynthia_a_sarti.pdf: Acesso em: 07 Jul. 2020.

SZYMANSKI, Heloisa. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo de mudança. In: **Serviço Social e sociedade**. Ano XXIII, n. 71; São Paulo: Cortez 2002.

Juliana Grasiela da Silva Dantas

Assistente Social, servidora pública de Mossoró-RN. Pós-Graduação em Políticas Públicas e Intervenção Social e em Educação, Pobreza e Desigualdade Social; Mestrado em Serviço Social e Direitos Sociais. Docente do curso de Serviço Social na Universidade Potiguar (UnP).

E-mail: julianagsdantas@gmail.com